

**Artigo****Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura****Prejudice, discrimination and stigma against people with disabilities: a systematic literature review****Prejuicio, discriminación y estigma contra las personas con discapacidad: una revisión sistemática de la literatura****Marlon Jose Gavlik Mendes¹, Fátima Elisabeth Denari², Maria Piedade Rezende da Costa³**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos – SP, Brasil

Resumo

O estigma, o preconceito e a discriminação são fenômenos violentos prejudiciais para boa parte da população, em especial para as pessoas com deficiência. Estudos mostram que este público é alvo direto destes fenômenos, os quais se manifestam em barreiras físicas ou atitudinais que impedem sua convivência e acesso na sociedade. Mesmo os documentos legais garantindo a proteção das pessoas com deficiência contra o estigma, o preconceito e a discriminação, elas ainda os vivem cotidianamente. O objetivo desta pesquisa foi analisar a produção científica brasileira sobre o preconceito, a discriminação e o estigma contra pessoas com deficiência. Para tal, realizou-se uma revisão sistemática de literatura em artigos brasileiros publicados entre os anos de 2013 e 2018. Ao final foram selecionados 11 artigos, os quais foram analisados fenomenologicamente. Os resultados mostraram que o público mais investigado nos artigos foram as pessoas com deficiência física, que são vítimas de fenômenos violentos principalmente no ambiente de trabalho, no círculo familiar e no convívio comunitário. A violência se desdobra em barreiras físicas e atitudinais constantes em suas vidas, as quais dificultam seu acesso a empregos e a espaços de lazer. São necessárias novas pesquisas que investiguem a incidência de violência contra pessoas com deficiência e as possíveis soluções para este fenômeno.

¹ Psicólogo, Mestre em Educação, Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-3473-610X> E-mail: mngavlik@hotmail.com

² Professora Associada do departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-9248-6359> E-mail: fadenari@terra.com.br

³ Professora Associada do departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-7420-5602> E-mail: mariadapiedadecostac@gmail.com

Abstract

The stigma, prejudice and discrimination are harmful violent phenomena for a large part of the population, especially for people with disabilities. Studies show that this public is a direct target of these phenomena, which are manifested in physical or attitudinal barriers that prevent their coexistence and access to society. Even though legal documents guarantee the protection of people with disabilities against stigma, prejudice and discrimination, they still experience them on a daily basis. The objective of this research was to analyze the Brazilian scientific production on prejudice, discrimination and stigma against people with disabilities. To this end, a systematic literature review was carried out looking for Brazilian articles published between the years 2013 and 2018. In the end, 11 articles were selected, which were analyzed phenomenologically. The results showed that the public most investigated in the articles were people with physical disabilities, who are victims of violent phenomena mainly in the work environment, in the family circle and in the community. Violence unfolds in physical and attitudinal barriers, which make it difficult for them to access jobs and leisure spaces. Further research is needed to investigate the incidence of violence against people with disabilities and possible solutions to this phenomenon.

Resumen

El estigma, el prejuicio y la discriminación son fenómenos violentos nocivos para gran parte de la población, especialmente para las personas con discapacidad. Los estudios muestran que este público es un objetivo directo de estos fenómenos, que se manifiestan en barreras físicas o actitudinales que impiden su convivencia y acceso a la sociedad. Si bien los documentos legales garantizan la protección de las personas con discapacidad contra el estigma, los prejuicios y la discriminación, todavía los experimentan a diario. El objetivo de esta investigación fue analizar la producción científica brasileña sobre el prejuicio, la discriminación y el estigma contra las personas con discapacidad. Para ello, se realizó una revisión sistemática de la literatura buscando artículos brasileños publicados entre los años 2013 y 2018. Al final, se seleccionaron 11 artículos, que fueron analizados fenomenológicamente. Los resultados mostraron que el público más investigado en los artículos fueron las personas con discapacidad física, que son víctimas de fenómenos violentos principalmente en el ambiente laboral, en el ámbito familiar y en la comunidad. La violencia se despliega en constantes barreras físicas y actitudinales en sus vidas, que les dificultan el acceso a espacios laborales y de esparcimiento. Se necesita más investigación para investigar la incidencia de la violencia contra las personas con discapacidad y las posibles soluciones a este fenómeno.

Palavras-chave: Educação especial, Pessoas com deficiência, Estigma.

Keywords: Special education, People with disabilities, Stigma.

Palabras clave: Educación especial, Personas con discapacidad, Estigma.

1. Introdução

Na sociedade atual é visível uma diversidade de discursos, de ideias e de modos de agir, de pensar e de se apresentar. Os seres humanos são complexos, diversos e diferentes. E, dentre a heterogeneidade de pensamentos, de comportamentos, de aparência e de funcionalidade, alguns modos de agir e se apresentar acabam sendo adotados como ideais, servindo como referências ou normas a serem seguidas. Ao mesmo tempo, as pessoas ou os grupos que não correspondem a esses modelos socialmente estabelecidos podem sofrer violências, ataques físicos ou verbais e

impedimentos no acesso a lugares, a serviços e ao convívio social. Tem-se como exemplos as relações sociais vividas pelas pessoas com deficiência (PcD), as quais são permeadas por fenômenos violentos de preconceito, discriminação e estigma.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência define como pessoa com deficiência quem possui impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que prejudiquem sua participação plena na sociedade (BRASIL, 2015).

Nesta pesquisa utilizou-se como base as noções de sociologia da deficiência. Para Harlos (2012), essa ramificação do saber sociológico entende a PcD como alguém que possui um corpo, subjetividade ou capacidade que difere de padrões exigidos pela sociedade capitalista, podendo ou não encontrar em prejuízos em sua vida dependendo do ambiente em que a pessoa está inserida:

[...] no Paradigma Sociológico as origens da deficiência estão relacionadas aos processos sociais que produzem não apenas a deficiência, mas tantas outras categorias de pessoas que são demarcadas como anormais, Outros e/ou de diferentes. Ou seja, as teorias sociológicas da deficiência, desvelam que a mesma é uma experiência que pode ser aproximada das experiências de muitos outros coletivos (HARLOS, 2012, p. 159).

Por mais que as PcD possuam particularidades e especificidades, o foco da sociologia da deficiência é nos processos sociais que as circunscrevem. A deficiência é construída a partir de diversas relações de poder que envolvem classe social, etnia, gênero, raça e orientação sexual, ela própria é resultado uma sociedade excludente (PICCOLO; MENDES, 2013; MENDES; DENARI, 2019).

Dentre os processos sociais que perpassam a vida das pessoas com deficiência, a violência é um fenômeno relevante para ser investigado. Violência é debatida por Maffesoli (1987) como manifestações comportamentais provenientes de opiniões e concepções pessoais e/ou grupais que buscam impor modelos de pensar e se comportar, transformando o ambiente, a sociedade ou as outras pessoas. Tanto ataques físicos ou verbais podem ter um caráter violento, quanto outros fenômenos sociais como discursos, filmes, propagandas e demais produtos da mídia. Analisando sociologicamente o fenômeno da violência, o autor elencou três modalidades pelas quais ela se manifesta, a violência totalitária, anômica e banal.

Violência totalitária corresponde às práticas provenientes das pessoas e grupos que se encontram em posições de poder na sociedade e que buscam impor modelos de pensar, agir, se comportar e se apresentar para a população. As violências totalitárias têm por finalidade planificar a vida social, domesticando corpos e mentes para o trabalho e para a vida cotidiana, além de excluir e patologizar quem não corresponde aos modelos impostos. Em contrapartida, a violência anômica são as respostas das pessoas diante das ações totalitárias, buscando desconstruir as opressões sofridas e reconfigurar a malha social. Igualmente subversivas, as violências banais são os comportamentos que, à primeira vista, estão de acordo com as regras e

modelos propostos pelos totalitarismos, mas, em sua essência, tem um forte caráter subversivo. A música e a piada são exemplos de violências banais. Ressalta-se que, para a análise maffesoliana de violência, não é o ato em si que o classifica como violento, seja anômico, totalitário ou banal, mas sim os objetivos e as intenções de quem o pratica (SIMMEL, 1983; MAFFESOLI, 1987).

Dentre as manifestações de violência totalitária, o estigma é uma modalidade de opressão vivida por pessoas com deficiência. Para Goffman (1988), o estigma corresponde a uma marca metafórica que uma pessoa ou um grupo carregam por possuir características divergentes em relação às outras pessoas de seu meio social. Com frequência, possuir algum estigma é uma característica considerada negativa pelos outros indivíduos, pois denuncia a inadequação às normas e às exigências sociais de determinado ambiente. Por isso, a pessoa estigmatizada é considerada inferior, podendo sofrer ataques físicos ou verbais motivados por sua característica divergente (GOFFMAN, 1988).

De acordo com Martins e Barsaglini (2011), os desdobramentos do estigma são vividos em vários momentos da vida das pessoas com deficiência. A construção do próprio corpo e o desenvolvimento da interação com o mundo são marcados pelas representações dos outros sobre a deficiência, representações que podem ser negativas e se desdobrar em ofensas, ataques e/ou imposição de barreiras.

Vale ressaltar, como afirma Goffman (2005), que o processo de estigmatização é um fenômeno mutável. O que é considerado um estigma está em constante relação com o momento histórico, a cultura e o local, além das influências do imaginário social. Assim, um estigma em determinado período histórico e em tal local ou grupo social pode não ser entendido como estigma em situações diferentes.

O estigma, como um fenômeno social, se manifesta nas relações interpessoais através de dois processos correlacionados: o preconceito e a discriminação. Preconceito, para Ohl *et al.* (2009), são as ideias negativas construídas sobre uma pessoa ou grupo formadas previamente à interação direta com esta pessoa ou grupo. O preconceito pode ocorrer em cinco fases de acordo com Santos *et al.* (2009). A primeira fase corresponde à antilocução, caracterizada pela conversa hostil e pela difamação verbal direcionada a uma pessoa ou grupo. A segunda é o aviltamento, tratando-se da separação da pessoa ou grupo preconceitualizados do resto da sociedade. Discriminação é a terceira fase do preconceito, sendo a exclusão direcionada as pessoas, dificultando ou impossibilitando o convívio em sociedade. A quarta fase se caracteriza pelo ataque físico, que corresponde à violência dirigida contra pessoas que pode vir de indivíduos, grupos ou organizações. A quinta e última fase do preconceito é o extermínio, podendo ser realizado tanto contra pessoas ou grupos.

Discriminação, uma das fases do preconceito descritas anteriormente, se caracteriza pela exclusão de pessoas devido a características pessoais, como etnia, altura, peso, aparência, classe social, identidade de gênero ou pela pertença a algum grupo social. Essa exclusão pode ser completa, impossibilitando tal pessoa de frequentar determinado ambiente, ou parcial, dificultando o cotidiano e a convivência. Os autores ressaltam que a

discriminação é um fenômeno construído ao longo do tempo e vêm se reconfigurando pelas décadas, se caracterizando como um grande produtor de danos emocionais para as pessoas (GONÇALVES *et al.*, 2012).

Santos *et al.* (2009) definem discriminação contra pessoas com deficiência como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição dirigida a alguma pessoa ou grupo baseada em uma deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência ou percepção de deficiência. Esse fenômeno se caracteriza como uma manifestação comportamental do preconceito.

Sobre a discriminação contra pessoas com deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência considera:

[...] discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p. 4).

Este documento deixa claro que é dever do estado proteger a pessoa com deficiência de qualquer manifestação de violência, discriminação e preconceito, assim como da sociedade civil de comunicar quando algum direito é violado ou episódio de violência é presenciado. Desde 2008 tal discussão pode ser encontrada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2008, p. 4).

Mesmo os documentos legais abordando definições de discriminação e a importância de políticas e práticas que protejam a pessoa com deficiência desta violência, assim como do preconceito e do estigma, esses fenômenos continuam presentes na vida das PcD. Oliveira, Matsukura e Fontaine (2017) realizaram uma revisão sistemática de literatura sobre os estudos com crianças com paralisia cerebral. As autoras demonstraram que crianças com paralisia cerebral se desenvolvem em ambientes excludentes e estigmatizantes, vivendo violências cotidianamente.

Tomaz *et al.* (2016) mostram como as políticas públicas são vagas e enfrentam diversas dificuldades de implementação no que tange aos direitos das pessoas com deficiência intelectual, o que gera diversos impedimentos e barreiras na vida dessas pessoas. O estigma da deficiência intelectual também foi abordado por Silva *et al.* (2017), que relataram o estigma estrutural presente nas legislações voltadas às pessoas com esta deficiência, o que dificulta o acesso e o atendimento em diversos espaços e serviços.

O acesso aos serviços de saúde também é dificultado pelas barreiras atitudinais da discriminação, tanto para pessoas com deficiência quanto para

os demais grupos, como debateram Massignam *et al.* (2015). Para tentar reverter as barreiras são “propostas políticas específicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTQI+), e para demais grupos com dificuldade de acessar os serviços de saúde, como os idosos, pessoas com deficiência ou sob privação de liberdade” (MASSIGNAM *et al.*, 2015, p. 543).

Por mais que a empregabilidade esteja garantida por lei, quando as pessoas com deficiência tentam adentrar o mundo do trabalho, como escrevem Ribeiro *et al.* (2014), ainda há muitas empresas que contratam apenas para cumprir a legislação, não buscando uma verdadeira inclusão e direcionando a pessoa para cargos laborais simples, independentemente de suas capacidades. Este fenômeno, segundo os autores, é um preconceito em relação a deficiência pois equivocadamente relaciona de maneira automática a deficiência com a incapacidade.

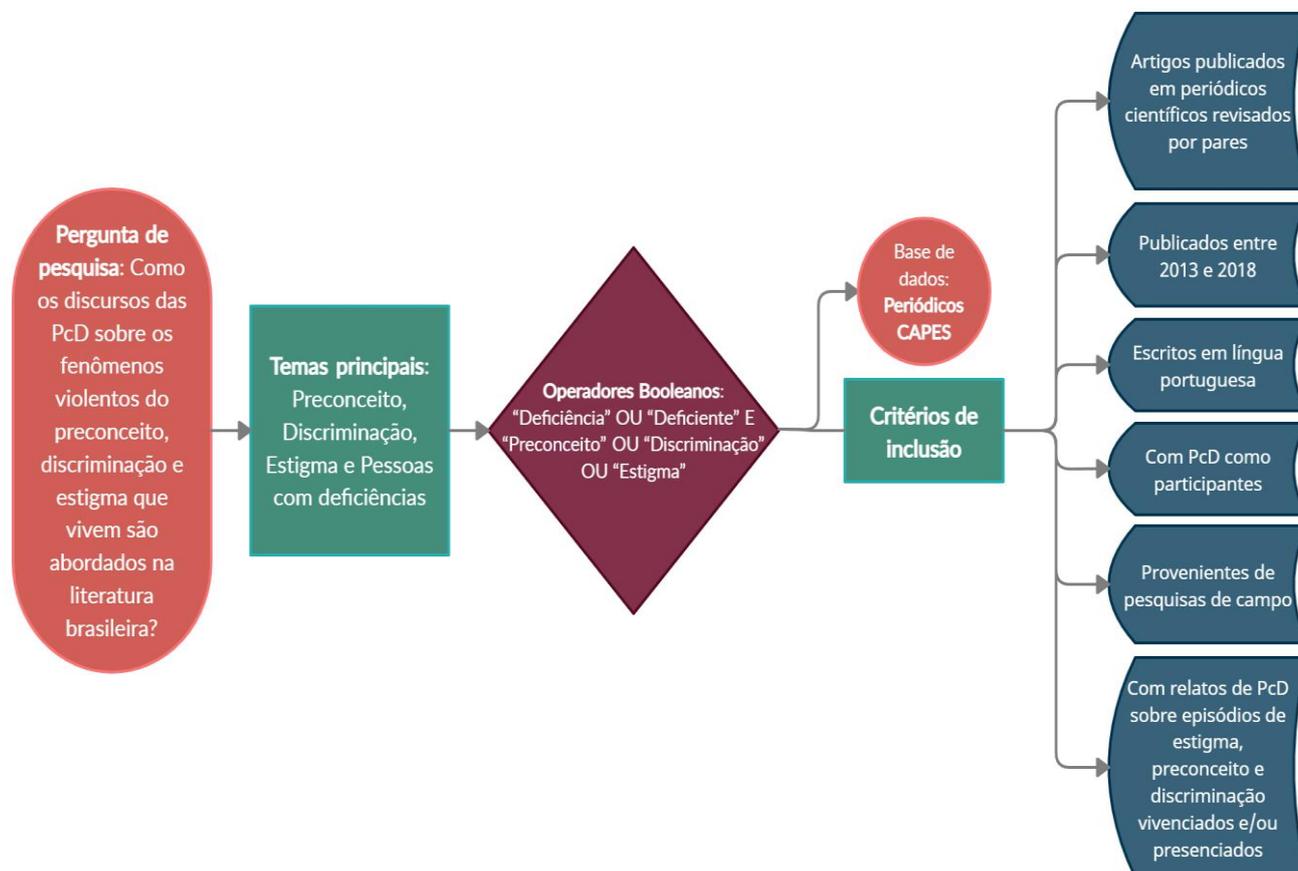
Mesmo as pesquisas demonstrando que o estigma, a discriminação e o preconceito são presentes na vida das pessoas com deficiência, a tendência dos estudos brasileiros atuais é debater sobre temas mais específicos, como a deficiência intelectual ou crianças com paralisia cerebral, ou focar em um processo particular, por exemplo a empregabilidade, dando maior ênfase nos discursos das demais pessoas envolvidas no fenômeno. São escassas as pesquisas que debatem especificadamente sobre os processos violentos do estigma, discriminação e preconceito envolvendo todos os tipos de deficiência, com o foco nos discursos das próprias pessoas que vivem esses fenômenos. Tendo em mente esta lacuna presente na literatura brasileira, o objetivo desta pesquisa foi analisar a produção científica brasileira sobre o preconceito, a discriminação e o estigma contra pessoas com deficiência.

2. Metodologia

A pesquisa realizada foi descritiva, de natureza qualitativa e delineada mediante conceitos e noções da fenomenologia. Utilizou-se como método de pesquisa a revisão sistemática de literatura. Para Sampaio e Mancini (2007), a revisão sistemática é uma importante ferramenta para compilar informações sobre determinado campo científico. O compilado de informações possibilita conhecer a fundo uma área da ciência, uma técnica, intervenção ou fenômeno e identificar lacunas e temáticas para ser investigadas em futuras pesquisas.

Segundo Costa e Zoltowski (2014), a revisão sistemática se inicia ao elencar uma pergunta de pesquisa, a qual se desdobra em temas norteadores, para então serem selecionados os bancos de dados que servirão para a realização das buscas utilizando de operadores booleanos. Após a busca inicial, os artigos são analisados através de sua leitura e selecionados a partir de critérios de inclusão estabelecidos previamente. Tendo estabelecido quais artigos atendem aos critérios de inclusão, os mesmos são analisados, avaliados e discutidos teoricamente e/ou metodologicamente.

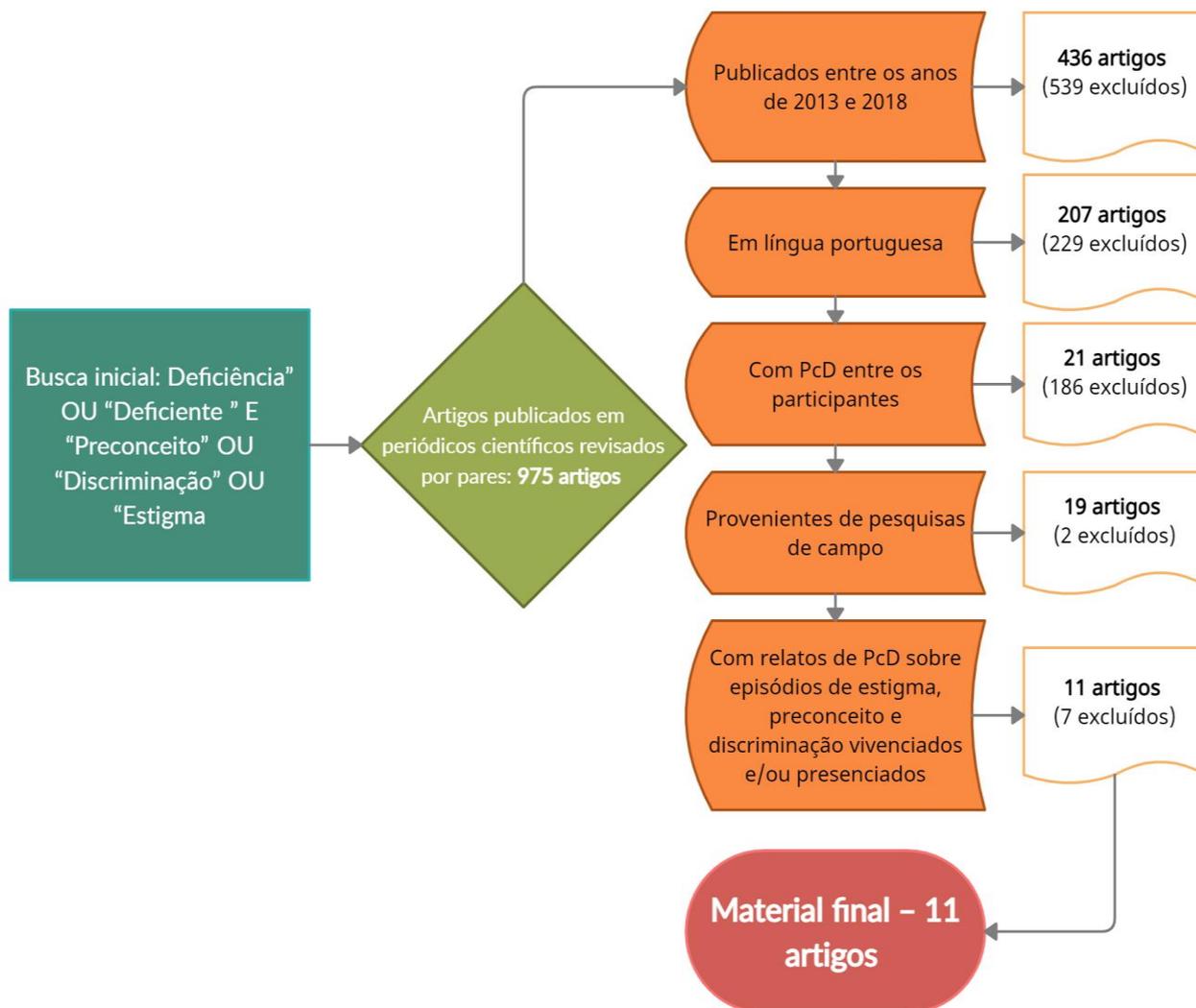
Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa podem ser conferidos na figura a seguir:

Figura 1 – Organograma dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

Para esta pesquisa, buscou-se artigos na base de dados dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As buscas foram realizadas utilizando os seguintes descritores: "Deficiência" OU "Deficiente" E "Preconceito" OU "Discriminação" OU "Estigma". Sobre o total de artigos foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos; publicados em periódicos científicos revisados por pares; publicados entre 2013 e 2018; escritos em língua portuguesa; provenientes de pesquisas de campo; que possuam pessoas com deficiência como participantes e contenham os relatos dessas pessoas sobre episódios de estigma, preconceito e discriminação vivenciados e/ou presenciados.

O processo de busca e seleção de artigos pode ser conferido no organograma a seguir:

Figura 2 – Organograma do processo de busca e seleção dos artigos

Fonte: Elaboração própria

Após aplicados dos critérios de inclusão, foram selecionados 11 artigos. O processo de busca e seleção de artigos foi conferido por dois juízes, os quais realizaram as buscas com os mesmos descritores e contaram com os mesmos processos de inclusão, e encontraram os mesmos resultados. As buscas e a seleção realizadas pelos pesquisadores e pelos juízes ocorreram em setembro de 2018.

Os artigos incluídos no processo de revisão podem ser conferidos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Quadro com os artigos selecionados

<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Autores</i>
Percepções, significados e adaptações a hemodiálise como um espaço liminar: a perspectiva do paciente	2018	SANTOS, V. F. C.; BORGES, Z. N.; LIMA, S. O.; REIS, F. P.
Trajetórias Terapêuticas Familiares: doenças raras hereditárias como sofrimento de longa duração	2018	AURELIANO, W. A.
O cuidado à saúde de pessoas com albinismo: uma dimensão da produção da vida na diferença	2017	SANTOS, N. L.; PEREIRA, R. M. M.; MOREIRA, M. C.; SILVA, A. L. A.
Lesão Encefálica Adquirida: impacto na atividade laboral de sujeitos em idade produtiva e de seus familiares	2016	PONTE, A. S.; FEDOSSE, E.
Um Estudo Sobre a Educação do Sujeito Surdo na Rede Estadual de Educação de Foz do Iguaçu – Paraná	2016	ANGNES, J. S.; MORÁS, N. A. B.; KLOZOVSKI, M. L.; REALI, K. M.
A abordagem mediática sobre o desporto paraolímpico: perspectivas de atletas portugueses	2015	MARQUES, R. F. R.; MARIVOET, S.; ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MENEZES, R. P.; NUNOMURA, M.
Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva	2015	NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M.
Deficiência e Inclusão social: Os percursos da lesão medular em Portugal	2015	FONTES, F.; MARTINS, B. S.
Turismo de Aventura Acessível	2014	MOTA, A. M. G.; VILKAS, A. C.; WADA, E. K.; SANTOS, M. F.
Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde	2013	NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRE, J. R. C. M.
Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos	2013	LEAL, D. R.; MATTOS, G. D.; FONTANA, R. T.

Fonte: Elaboração própria

Os artigos foram analisados qualitativamente a partir da matriz epistemológica da fenomenologia, buscando descrever os fenômenos da violência a partir de uma descrição clara, extensa e verdadeira com base nos discursos das pessoas que vivem esses fenômenos investigados (TRIVIÑOS, 1987; FOLLESDAL, 2006; MAFFESOLI, 2007).

3. Resultados e Discussão

Do total dos 11 artigos analisados, 4 destes são provenientes da revista "Ciência & Saúde Coletiva". A relação de revistas pode ser conferida no quadro a seguir:

Quadro 2 – Quadro com as revistas em que os artigos foram publicados

<i>Revista</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Áreas de indexação</i> ⁴
Ciência & Saúde Coletiva	4	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - A2; Arquitetura, Urbanismo e Design - A2; Ciência Política e Relações Internacionais - A2; Educação - A2; Educação Física - A2; Ensino - A1; Psicologia - A2; Serviço Social - A1; Sociologia - A1.
Interface: Comunicação, Saúde e Educação	1	Comunicação e Informação - A2; Educação - A2; Ensino - A1; Interdisciplinar - A2; Linguística e Literatura - A2; Planejamento Urbano e Regional / Demografia - A2; Psicologia - A2.
Podium: Sport, Leisure And Tourism Review	1	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - B3; Educação Física - B4; História - B5; Interdisciplinar - B2; Planejamento Urbano e Regional / Demografia - B3.
Revista Brasileira de Enfermagem	1	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - B1; Ciências Ambientais - B1; Educação - B1; Enfermagem - A2; Interdisciplinar - B1; Nutrição - B2; Odontologia - B2; Psicologia - A2; Saúde Coletiva - B1; Serviço Social - B1.
Physis (On-line)	1	Educação - B1; Enfermagem - B2; História - B2; Interdisciplinar - B1; Planejamento Urbano e Regional / Demografia - B1; Psicologia - B1; Saúde Coletiva - B1; Serviço Social - B1; Sociologia - B1.

⁴ Pelo alto número de áreas indexadas, colocou-se apenas as áreas com melhor avaliação.

Holos (On-line)	1	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - B2; Educação - B2; Filosofia - B1; Interdisciplinar - B2; Planejamento Urbano e Regional / Demografia - B1; Psicologia - B2.
Motricidade	1	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - B2; Educação - B1; Educação Física - B1; Enfermagem - B2; Interdisciplinar - B1; Psicologia - B1; Saúde Coletiva - B2.
Sociologia, Problemas e Práticas	1	Antropologia / Arqueologia - B2; Saúde Coletiva - B2; Sociologia - A2.

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que algumas áreas da ciência foram mais frequentes nos artigos analisados, como a educação, saúde coletiva, psicologia e sociologia. De acordo com o OMS (2002), os estudos sobre violência, tanto física quanto psicológica, transcendem uma área do conhecimento e devem ser abordadas de maneira multidisciplinar, envolvendo pesquisas de variados campos do conhecimento, o que é possível observar nas áreas das revistas em que os artigos foram publicados.

Ao adentrar no público investigado pelos artigos, é possível notar que pessoas com deficiência física estiveram mais presentes, como observado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Tabela com o público presente nos artigos

<i>Deficiência</i>	<i>Artigos</i>
Deficiência Física	9
Deficiência Visual	4
Deficiência Intelectual	3
Deficiência Auditiva	2

Fonte: Elaboração própria

O público com deficiência física foi o mais estudado nos últimos anos, aparecendo tanto como a única deficiência investigada nas pesquisas quanto também associada a outras deficiências.

A incidência do fenômeno violento sofrido e do ambiente ou situação em que este ocorreu pode ser conferido na tabela a seguir:

Tabela 2 – Tabela com o ambiente ou situação em que a violência ocorreu

<i>Deficiência</i>	<i>Fenômeno</i>	<i>Ambiente/Situação</i>
Deficiência Física	Estigma; Preconceito; Discriminação.	Meio Comunitário; Trabalho; Busca por direitos; Exposição na mídia; Lazer e Turismo; Meio Familiar; Serviços de Saúde.
Deficiência Visual	Estigma;	Busca por direitos; Trabalho;

Deficiência Intelectual	Preconceito; Discriminação. Estigma; Preconceito; Discriminação.	Exposição na mídia; Meio Comunitário. Trabalho; Meio Comunitário; Serviços de Saúde.
Deficiência Auditiva	Estigma; Preconceito; Discriminação.	Educação; Trabalho; Meio Comunitário.

Fonte: Elaboração própria

Os fenômenos violentos investigados foram mais visíveis no ambiente de trabalho, direcionados as pessoas com todos os tipos de deficiência. A leitura dos artigos mostrou que as vítimas foram tanto as pessoas que já estavam empregadas quanto as que estavam procurando um trabalho formal. Destes artigos, Aureliano (2018) realizou pesquisa com pessoas com Doença de Machado-Joseph, condição que causa dificuldade de fala, locomoção reduzida e atrofia dos membros inferiores. As pessoas com esta condição afirmavam serem desacreditadas no ambiente de trabalho. Devido a suas dificuldades de mobilidade são necessárias mudanças do ambiente laboral e flexibilizações em suas funções. Contudo, os participantes da pesquisa afirmavam não terem suas necessidades atendidas, e também serem ridicularizadas em seus pedidos. Devido ao fato da doença ser rara e pouco conhecida, os participantes também afirmaram ter seus direitos negados ao buscar aposentadoria ou benefícios relacionados à deficiência física.

O estigma e a discriminação no trabalho também foram observados por Santos *et al.* (2017b) em relatos de adultos com deficiência visual, principalmente baixa visão, proveniente do albinismo. Os participantes da pesquisa afirmaram terem dificuldades em conseguir empregos devido a sua aparência e ao modo como se vestem, pois são constantemente julgados inadequados pelos empregadores para ocupar certos cargos. Além do emprego, a busca por seus direitos como a Prestação de Benefício Continuado e o acesso gratuito ao transporte público também lhes são negados. Os participantes da pesquisa analisada trouxeram relatos afirmando que, para se conseguir o benefício ou o passe livre, é necessário “contar toda uma história triste, de coitada” (p. 326), reforçando o estigma da deficiência como uma pessoa em posição de inferioridade, ou associando a deficiência com outro estigma: “Eu precisei ter câncer pra ter o acesso fácil” (SANTOS *et al.*, 2017b, p. 328).

O preconceito dos empregadores também foi observado por Leal *et al.* (2013) a partir de relatos de pessoas com deficiência física. Os participantes da pesquisa relataram sofrer diversos preconceitos em relação a sua capacidade intelectual e profissional, mesmo apenas possuindo comprometimentos de mobilidade. É comum o preconceito em relação a deficiência física, o qual percebe a pessoa nessa condição como alguém com dificuldades e incapacidades também em sua cognição, comunicação e demais aspectos, mesmo não tendo nenhum comprometimento além do físico. Esses preconceitos promovem dificuldades para este público conseguir empregos, sendo que, quando conseguem, o cargo oferecido geralmente é inferior as suas capacidades profissionais.

A dificuldade de ingressar no mercado de trabalho também se faz presente no artigo de Nicolau, Schraiber e Ayres (2013) a partir de relato de uma jornalista cadeirante. Ela relatou não conseguir empregos relativos à sua formação, sendo frequentemente contratada em cargos inferiores nos quais é direcionada a uma estação de trabalho isolada, se sentindo isolada e “escondida” (p. 867) pela empresa.

Semelhantes fenômenos foram observados por Neves-Silva *et al.* (2015) em relatos de pessoas com variadas deficiências, como física, visual, auditiva e intelectual, que viveram discriminações, manifestadas por barreiras físicas e atitudinais, provindas de empresas contratantes. Além das PcD que trabalhavam, as pessoas que não trabalhavam e fazem uso do Benefício de Prestação Continuada são vítimas de discursos negativos pelo fato de não estarem inseridas em trabalhos formais.

Ponte e Fedosse (2016), investigando as condições de vida de pessoas que sofreram lesão cerebral e possuem deficiência física e intelectual, notaram que o estigma relacionado a lesão, junto com os comprometimentos motores e cognitivos, também dificultam o acesso ao mundo do trabalho. Este estigma se desdobrou em preconceitos e discriminações provenientes de médicos que atenderam os participantes da pesquisa. Mesmo as pessoas tendo o interesse em voltar ao trabalho os profissionais da medicina não permitiam, afirmando que o campo de trabalho pode ser perigoso. Não houve uma articulação entre os desejos da pessoa, a possibilidade de trabalhos mais adequados às condições físicas e cognitivas e o parecer técnico no médico responsável, o que impossibilitou o acesso dessas pessoas ao trabalho formal.

A empregabilidade de pessoas com deficiência é garantida pela Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social, a qual exige empresas que contenham mais que 100 funcionários a dediquem de 2% a 5% de suas vagas a PcD. Mesmo a entrada desse público em empresas de médio e grande porte estar assegurada, elas ainda enfrentam as barreiras da discriminação e do estigma. Como observado nos artigos analisados, as PcD vivem a dualidade do fenômeno do estigma, sofrem violências por não trabalhar ao mesmo tempo que enfrentam diversas barreiras quando tentam entrar no mercado de trabalho. Situações como essa podem ser causadores da pouca satisfação profissional das pessoas com deficiência atualmente inseridas no mercado de trabalho (BRASIL, 1991; COUTINHO *et al.*, 2017; SANTOS, 2017).

Pesquisas brasileiras também apontam outros fatores que dificultam a inclusão das PcD no mercado de trabalho formal. Becker (2019), em pesquisa estatística no banco de dados proveniente da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, notou que PcD recebem salários menores do que demais trabalhadores, inclusive em casos que ambos exercem a mesma função. Este fato contribui para a pobreza desta parcela da população, a qual se desdobra na dificuldade de formação acadêmica e profissional e resulta, novamente, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Para a autora, a discriminação de empresas empregadoras é o principal motivo deste fenômeno, sendo que muitas evitam as reconfigurações institucionais para incluir e preferem contratar PcD com menos limitações físicas/sensoriais e pagando menor salário.

Nos artigos analisados no processo de revisão também foram encontrados relatos de estigma sofrido nos ambientes educacionais. Agnes *et al.* (2016) trouxeram relatos nos quais alunos com deficiência auditiva se

perceberam possuidores de estigma e viveram discriminações e preconceitos em seu cotidiano escolar. Mesmo os alunos se percebendo como pessoas capazes de acompanhar o conteúdo escolar, eles observaram que seus professores não os percebiam da mesma maneira, frequentemente os excluindo de algumas atividades escolares, não explicando a matéria diretamente para o aluno ou seu intérprete e não realizando atividades sociais inclusivas para pessoas surdas.

Os alunos relataram viver preconceitos em relação a sua inteligência e capacidade, possivelmente por possuírem uma deficiência, que se desencadeou em episódios de discriminação. Ao invés das atividades escolares serem adaptadas, era comum o direcionamento de atividades e aulas diferenciadas para os alunos surdos, com conteúdo mais fácil em relação ao conteúdo do restante da turma. Assim como nos artigos que trouxeram situações no ambiente de trabalho, percebeu-se preconceitos similares em relação a cognição de alunos surdos no ambiente escolar.

Além da empregabilidade, o ensino na rede regular é garantido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e pela Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, tendo como direitos do aluno o atendimento escolar em equidade, currículo flexibilizado, profissionais de apoio e formações para educadores e demais agentes escolares a respeito das temáticas da inclusão. Mas o cotidiano escolar, como demonstrado no artigo analisado, se configura de outra maneira. A formação incompleta, a sobrecarga de trabalho docente e as condições de trabalho desfavoráveis que esta classe é submetida podem contribuir para a manutenção de preconceitos no ensino de PcD, o que se transforma em barreiras que alunos surdos, assim como com outras deficiências, enfrentam diariamente no ambiente escolar (BRASIL, 2008; 2015; HAAS; SILVA; FERRARO, 2017).

Mesmo sem se fazer presente nos artigos analisados, outras violências podem acompanhar a vida de PcD nos ambientes educacionais. Mendes *et al.*(2020) realizaram um estudo de caso com um adolescente de 16 anos diagnosticado com deficiência física e notaram que a escolaridade do adolescente é permeada pela violência entre pares. O adolescente relatou ser comum ofensas, xingamentos e ameaças de violência física na escola que frequenta. Muitas destas ofensas traduzem as ideias preconceituosas construídas historicamente sobre a deficiência, as quais se manifestam na ofensa mais frequente na vida do jovem: “louco da APAE”. Segundo os autores, um possível caminho para diminuição dos episódios de violência escolar contra PcD é o trabalho pedagógico com temas relacionados ao preconceito, discriminação e deficiência, além da mediação pedagógica e resolução de conflitos em casos em que a violência já ocorre.

Além da escola e do trabalho, violências contra as PcD também foram encontradas no convívio social, comunitário e familiar, como observado nos artigos analisados. Santos *et al.* (2018), investigando o cotidiano de pacientes com deficiência física por doença renal crônica, trouxeram relatos de pessoas que afirmavam seres estigmatizadas devido a sua aparência física e mobilidade. Características físicas, como a cor da pele e dos olhos, assim como a aparente fraqueza, de acordo com os pacientes, causavam olhares de pena ou de repulsa de outras pessoas, além de prejudicar o contato social pois os pacientes relataram que as outras pessoas evitam proximidade física.

Fontes e Martins (2015) notaram que o meio social de pessoas com deficiência física adquirida por lesão medular também é marcado pelo estigma. Os participantes da pesquisa relataram ser comum pessoas de seu convívio conversarem com eles utilizando de termos pejorativos, como “coitadinho” e “desgraçadinho” (p. 168).

No círculo familiar, as violências psicológicas também se fazem presentes. Ao engravidar, uma mulher com deficiência física participante da pesquisa de Nicolau, Schraiber e Ayres (2013) relatou que seus irmãos e as pessoas do convívio familiar inicialmente duvidaram de sua gravidez, devido ao preconceito relacionado as capacidades reprodutivas das PcD. Após esse primeiro momento, a desconfiança de seus familiares foi substituída por comentários ofensivos direcionados a ela afirmando que, devido a sua deficiência, seu filho nasceria “aleijado” (p. 868) como ela, um preconceito comum envolvendo a deficiência.

Gesser e Nuernberg (2014), em concordância com os achados do processo de revisão, observaram que os preconceitos envolvendo a vida sexual e reprodutiva de pessoas com deficiência são frequentes na atualidade. Algumas ideias errôneas envolvem a noção de que PcD são incapazes de uma vida sexual e reprodutiva ou de que seus filhos possuirão a mesma deficiência que seus pais, discursos observáveis no artigo discutido anteriormente.

Além do estigma no ambiente de trabalho trazido anteriormente, o artigo de Aureliano (2018) sobre pessoas com a doença de Machado-Joseph também trouxe situações envolvendo o convívio familiar destas pessoas. O estigma da doença faz parte da vida delas, como a condição de Machado-Joseph tem caráter hereditário e pode ser descoberta a partir de exames genéticos, a possibilidade de descoberta do genótipo e um possível desenvolvimento da condição causa medo e ansiedade em familiares, que discriminam sua parentela já acometida. É notável este outro exemplo de desinformação a respeito da deficiência que gera episódios de preconceito e discriminação, contribuindo para a manutenção do estigma às PcD dentro do próprio ambiente familiar.

Discriminações e preconceitos também foram presentes nos artigos em relação ao acesso a serviços de saúde e de lazer. Mulheres com deficiências física, visual e intelectual, buscando por consultas ginecológicas, trouxeram relatos de serem ameaçadas por profissionais da ginecologia quando jovens com o intuito de desencorajar a prática sexual. Também relataram não serem atendidas propriamente, tanto por despreparo profissional quanto por dificuldade de acesso à sala de atendimentos e falta de estrutura física para a realização de exames. (NICOLAU; SCHRAIBER; AYRES, 2013).

No lazer e no turismo, instrutores de esportes radicais com deficiência física entrevistados por Mota *et al.* (2014) relataram que algumas cidades turísticas e atrações de lazer não são acessíveis para as PcD e possuem diversas barreiras físicas e atitudinais, principalmente para quem possui deficiência física. Segundo os instrutores, prevalece a responsabilidade da própria pessoa que tem o interesse de praticar um esporte, não havendo adaptações dos serviços de turismo e dos demais instrutores para a inclusão.

A dinâmica entre preconceitos e ideias divulgadas pelos meios de comunicação foi observada no artigo de Marques *et al.* (2015). Os autores notaram que a mídia online e televisiva tem importante papel na divulgação de

informações sobre as deficiências, podendo promover ideias preconceituosas. A partir de entrevistas com atletas paraolímpicos portugueses com deficiências visuais e físicas, os autores notaram que os atletas se sentiam estigmatizados pela mídia televisiva e virtual. Eles afirmaram não estarem tão presentes na mídia quanto outras categorias esportivas, “desporto dos ditos normais” (p. 139), e, quando aparecem, o esporte e os atletas paraolímpicos são enquadrados em histórias que enfatizam suas dificuldades, incapacidades e sua história de superação, excluindo suas conquistas esportivas e mantendo estereótipos e pré-conceitos sobre as PcD. Houve atletas entrevistados que se sentiam desvalorizados e ofendidos com essa imagem promovida pela mídia, mas também haviam quem acha esta exposição uma maneira de conseguir mais visibilidade ao esporte paraolímpico.

Os atletas ainda afirmaram que, em relação a exposição midiática das PcD, quem possui corpos considerados menos divergentes são os mais retratados. Também existem casos de representação de atletas com corpos considerados muito divergentes em relação ao padrão corporal de um atleta olímpico. Interessante a relação do estigma notada pelos atletas, o estigma menos intenso é o mais retratado, assim como os mais intensos, possivelmente corroborando com as histórias de superação da deficiência.

As próprias ideias errôneas sobre a deficiência transmitidas pela mídia, podendo ser preconceituosas, podem contribuir para a construção de representações negativas e motivar as diversas manifestações violentas de discriminação e do estigma, visíveis pelas barreiras físicas e atitudinais, encontradas nos artigos analisados. Esses fenômenos contribuem também para que as próprias pessoas com deficiência tenham uma autoimagem negativa e representações pessimistas sobre a deficiência, tanto a própria quanto a de outros (BRITO; OLIVEIRA; EULÁCIO, 2015; RESENDE *et al.*, 2016).

4. Considerações Finais

Investigar o fenômeno da violência é entrar em contato com uma gama de relações sociais permeadas por diversos interesses políticos, econômicos, sociais e individuais. Tanto o estigma, quanto o preconceito e a discriminação são fenômenos mutáveis, manifestando-se de diferentes maneiras dependendo do ambiente, dos envolvidos e do momento histórico.

A partir da revisão sistemática realizada foi possível perceber analogias em diversas situações violentas vividas pelas pessoas com deficiência. O público mais investigado pelos artigos brasileiros foram as pessoas com deficiência física. Os fenômenos violentos no ambiente de trabalho foram os mais incidentes, tanto para com pessoas que já estão inseridas quanto para quem está buscando a inserção no mercado de trabalho formal. Os discursos que mais se destacaram, tanto nas empresas quanto nas escolas, foram as ideias preconceituosas de que todas as pessoas com alguma deficiência, independentemente de seu real comprometimento, têm diversos aspectos de sua capacidade comprometidos, principalmente cognição e comunicação. A partir das pesquisas brasileiras foi possível notar que ideias preconceituosas, construídas historicamente e transmitidas pela mídia, se desdobram em episódios discriminatórios de alunos com deficiência sendo educados com

atividades mais fáceis de que os colegas de classe e, quando adultos, não conseguindo acessar o mercado de trabalho ou ocupando cargos inferiores as suas qualificações.

Interessante ressaltar que muitos artigos não foram incluídos na análise por trazer relatos apenas de outras pessoas, como professoras/es, profissionais e familiares de pessoas com deficiência. O ponto central de vários movimentos das pessoas com deficiência, emblemático pela frase “nada de nós sem nós”, ainda se manifesta de maneira tortuosa nos estudos nacionais sobre as violências vividas pelas PcD. Este é um ponto no qual a ciência brasileira ainda pode avançar, faz-se necessário mais pesquisas realizadas com PcD e que valorizem seus discursos. Espera-se que esse artigo possa contribuir para a transformação desse cenário científico e político a partir da valorização do discurso da própria pessoa, abrindo caminho para novas investigações e programas que busquem a conscientização e a prevenção da violência.

Referências

AURELIANO, W. A. Trajetórias Terapêuticas Familiares: doenças raras hereditárias como sofrimento de longa duração. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 369-380, Feb. 2018.

ANGNES, J. S.; MORÁS, N. A. B.; KLOZOVSKI, M. L.; REALI, K. M. Um Estudo Sobre a Educação do Sujeito Surdo na Rede Estadual de Educação de Foz do Iguaçu – Paraná. **Holos**, [S.l.], v. 8, p. 338-354. Maio, 2016.

BECKER, K. L. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Estudos Econômicos** (São Paulo) [online]. v. 49, n. 1. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Presidência da República, Brasília, 2015.

BRITO, T. D. Q. OLIVEIRA, A. R. EULÁCIO. M. C. Deficiência física e envelhecimento: estudo das representações sociais de idosos sob reabilitação fisioterápica. **Avances en Psicología Latinoamericana** / Bogotá (Colombia). Vol. 33(1). pp. 121-133. 2015.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H., COUTO, M. C. P. P., HOHENDORFF, J. V. (orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

COUTINHO, B. G.; FRANÇA, I. S. X. D.; COURA, A. S.; MEDEIROS, K. K. A. S.; ARAGÃO, J. D. S. Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência física. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 2, p. 561-573, 2017.

FOLLESDAL, D. Husserl's reductions and the role they play in his phenomenology. **A companion to phenomenology and existentialism**, p. 105-114, 2006.

FONTES, F. MARTINS, B. S. Deficiência e Inclusão Social Os percursos da lesão medular em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 77, 2015.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Psicologia, sexualidade e deficiência: Novas perspectivas em direitos humanos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, n. 4, p. 850-863, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Livro do Coletivo Sabotagem, 1988.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

GONÇALVES, H.; DUMITH, S. C.; GONZÁLEZ, D. A.; MENEZES, A. M.B.; ARAÚJO, C. L. P.; HALLAL, P. C.; BASTOS, J. L. Discriminação autorrelatada por adolescentes de uma coorte de nascimentos brasileira: prevalência e associações. **Rev Panam Salud Publica**. 31(3):204–210. 2012.

HAAS, C.; SILVA, M. C.; FERRARO, A. R. Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 245-262, 2017.

HARLOS, F. E. **Sociologia da deficiência**: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. 201 f. Mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

LEAL, D. R.; MATTOS, G. D.; FONTANA, R. T. Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 1, 2013.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MARTINS, J. A.; BARSAGLINI, R. A. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. **Interface-Comunicação**, Saúde, Educação, v. 15, n. 36, 2011.

MARQUES, R. F. R.; MARIVOET, S.; ALMEIDA, M. A. B. D.; GUTIERREZ, G. L.; MENEZES, R. P.; NUNOMURA, M. A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspectivas de atletas portugueses. **Motricidade**, v. 11, n. 3, p. 123-147, 2015.

MASSIGNAM, F. M.; BASTOS, J. L. D.; NEDEL, F. B. Discriminação e saúde: um problema de acesso. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 541-544, Setembro. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000300541&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2018.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 2, p. 1357-1374, 2019.

MENDES, M. J. G.; SCHROEDER, T. M. R.; DENARI, F. E. Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, 2020.

MOTA, A. M. G.; VILKAS, A. C.; WADA, E. K.; SANTOS, M. F. Turismo de aventura acessível. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 3, n. 1, p. 61-73, 2014.

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Ciênc. saúde coletiva** v. 20, p. 2549-2558, 2015.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 863-872, Março. 2013

OHL, N. G.; ANGELUCCI, C. B.; NICOLAU, A. M.; HONDA, C. Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, vol.13(2), 243-250. São Paulo. 2009.

OLIVEIRA, A. K. C.; MATSUKURA, T. S.; FONTAINE, A. M. G. V. Autoconceito e Autoeficácia em Crianças com Deficiência Física: Revisão Sistemática da Literatura. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 1, p. 145-160, Março. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000100145&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2018.

OMS. **World report on violence and health**. World Health Organization. Geneva. 2002

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 123, 2013.

PONTE, A. S.; FEDOSSE, E. Lesão Encefálica Adquirida: impacto na atividade laboral de sujeitos em idade produtiva e de seus familiares. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3171-3182, Outubro. 2016.

RESENDE, O. L. C.; BARBOSA, M. T. S.; SIMÕES, B. F. T.; VELASQUE, L.S. A representação do adoecer em adolescentes com lúpus eritematoso sistêmico. **Revista Brasileira de Reumatologia**, 2016.

RIBEIRO, A. P.; BATISTA, D. F.; PRADO, J. M.; VIEIRA, K. E.; CARVALHO, R. L. Cenário da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: revisão sistemática. v. 12(2). 1441. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 2, p. 268-276, 2014.

SAMPAIO, R. F. MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, G.; CORREIA, A.; DIAS, G.; TORRES, P.; BERNARDO, S. A discriminação sob o olhar da Educação Social. **II Jornada de Educação Social. Dinâmicas**

Sociais: Espaços de Pensamento: a intervenção social em contexto de crise.
Bragança: IPB, ESE. p. 1-23. 2009.

SANTOS, N. L.; PEREIRA, R. M. M.; MOREIRA, M. C.; SILVA, A. L. A. O cuidado à saúde de pessoas com albinismo: uma dimensão da produção da vida na diferença. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 319-333, Junho. 2017.

SANTOS, V. F. C.; BORGES, Z. N.; LIMA, S. O.; REIS, F. P. Percepções, significados e adaptações à hemodiálise como um espaço liminar: a perspectiva do paciente. **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 853-863, Setembro. 2018.

SANTOS, W. R. Pessoas com deficiência e inclusão no trabalho na América Latina: desafios à universalização dos direitos. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 4, 2017.

SILVA, A.; SILVA SAMPAIO, A.; SOUSA FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, D. T. R. Direitos humanos dos portadores de deficiência mental. **Revista Jurídica Uniandrade**, v. 26, n. 1, p. 1458-1467, 2017.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

TOMAZ, R. V. V.; ROSA, T. L.; VAN, D. B.; MELO, D. G. Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 21, p. 155-172, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo financiamento desta pesquisa.

Contribuição dos autores

Autor 1: Realização da pesquisa e escrita do artigo final

Autor 2: Orientação da pesquisa e escrita do artigo final.

Autor 3: Escrita do artigo final.

Enviado em: 07/setembro/2020 | Aprovado em: 08/junho/2021